



# VI Congresso Internacional UFES/Paris-Est

*Culturas políticas e conflitos sociais*



## *MULHER E HISTÓRIA – OS USOS DA MEMÓRIA PELA CONQUISTA DO ESPAÇO FEMININO*

Leandro da Silva Lunz<sup>1</sup>

**Resumo:** No decorrer da história o uso da memória tornou-se um instrumento de poder, servindo para a construção social e delimitando os comportamentos esperados dos atores envolvidos, cabendo à mulher o espaço privado sendo destinada ao cuidado do lar e a educação dos filhos, e ao homem o espaço público destinado aos negócios, à intelectualidade, o papel da visibilidade. A construção deste modelo permitiu o predomínio dos interesses masculinos nos diversos campos sociais desde a política até ao lazer. Para dialogar sobre esta temática foram utilizados como referência principal Jacques Le Goff (1990), Pierre Nora (1993) e Eric Hobsbawn (2002).

**Palavras-Chave:** Uso da Memória; Culturas Políticas; Vozes Femininas.

**Abstract:** The use of memory has become an instrument of power in the history of humanity, delimiting the expected behaviors of the actors involved. In this context, women remained the private space. The woman was destined to take care of the

---

<sup>1</sup> Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do ES, pesquisa em andamento “Mulher e política: análise da vida pública das deputadas espirito-santenses Myrthes Bevilacqua e Luzia Alves Toledo de 1982 a 2014”. Email: leolunz@gmail.com

home and the education of the children, and the man fits the public space destined for business, the intellectual, the role of visibility. The construction of this model allowed the predominance of masculine interests in the diverse social fields from politics to leisure. To discuss this theme was used as main reference Jacques Le Goff (1990), Pierre Nora (1993) and Eric Hobsbawm (2002). It is clear that the history of memory has turned to the groups directly sensitized by the question of the past and its role in the formation and maintenance of a collective identity.

Keywords: Memory; Political Cultures; Female Voices.

## INTRODUÇÃO

Do surgimento das primeiras aldeias habitadas pelos nossos descendentes até os dias atuais, temos milhares de anos de história. Ao longo dessa história a convivência entre homens e mulheres sofreram grandes alterações e nem sempre foram marcadas por uma convivência salutar e harmônica.

Apesar disso, a necessidade da manutenção da espécie e da sobrevivência, obrigou os seres humanos a encontrar mecanismos de convívio que permitissem a propagação da espécie e do domínio dos recursos naturais, transformando essa convivência em condição essencial para a existência.

Desse modo o domínio da memória se apresentou como a um caminho para o convívio entre os grupos sociais, possibilitando uma ordem social baseada no modelo de domínio masculino em detrimento ao modelo feminino.

Com essa nova ordem social, o desenvolvimento das aldeias e transformações das mesmas em cidades, foi concomitantemente surgindo diversas ferramentas de controle, objetivando regularizar o convívio entre os diversos grupos sociais pautado

em um modelo patriarcal, permitindo o domínio político masculino nos diversos segmentos sociais.

O uso da memória passa a ser um instrumento de controle, servindo para a construção de uma história que delimita os comportamentos esperados dos atores envolvidos, à mulher cabe o espaço privado sendo destinada ao cuidado do lar e a educação dos filhos, um papel de invisibilidade e ao homem cabe o espaço público destinado aos negócios, a intelectualidade, o papel da visibilidade.

Esse modelo de fazer história constituído ao longo dos séculos permitiu o predomínio dos interesses masculinos nos diversos campos sociais desde a política até ao lazer. Os direcionamentos das ações consideradas adequadas sempre obedeceram à visão masculina e se manifestaram em grandes monumentos, obras e leis, subjugando desse modo os feitos femininos.

O fato da existência de um sistema de poder político já determinado, não significou uma aceitação passiva por parte das mulheres. A partir do século XX, principalmente, com as transformações políticas e econômicas, o modelo ao qual sempre esteve estruturado o poder político foi enfraquecido, permitindo às mulheres acesso ao poder econômico e social, e assim mudar a visão e configuração sobre o mesmo, buscando a efetivação do seu papel através de registros, obras de arte e ocupação política.

Ainda assim a utilização da memória tem sido na maior parte das vezes voltadas para os feitos dos homens, porém isso não significa mais que a memória feminina seja uma memória subterrânea, oculta. Diversas ações e conquistas têm cada vez mais colocando a mulher como protagonista da história e dona do seu papel social.

Tendo como referência estudos de pesquisadores como Jacques Le Goff (1990), Pierre Nora (1993) e Eric Hobsbawn (2002) é possível analisar os usos políticos da memória ao longo da história e as transformações ocorridas, tendo reflexo direto nos

comportamentos dos grupos sociais. A mulher não mais se encontra relegada ao esquecimento ou subordinada a uma figura masculina para exercer um papel social valorativo, cabendo agora aos historiadores o desenvolvimento dos registros fatuais de forma que a memória tenha serventia para a libertação e não para a servidão de um grupo social, um trabalho pela democratização da memória.

## A MEMÓRIA E A ORDEM SOCIAL

As ações realizadas pelos grupos humanos ao longo da história são indubitavelmente impossíveis de serem registradas em sua totalidade, não obstante foram criados vários mecanismos e ferramentas para que essas ações permanecessem e sobrevivessem ao longo da história. A vida em sociedade implica que todos os homens se ajustem aos tempos e às durações, e conheçam bem as convenções das quais são o objeto (HALBWACHS, 1990, p. 62).

Ainda de acordo com Halbwachs (1990, p. 77) a divisão do tempo não pode ser deixada de lado, pois não há grupos que não necessitem distinguir e reconhecer as diversas partes de sua duração. À medida que a vida coletiva foi se desenvolvendo, a noção de propriedade particular foi sendo evidenciada e a disputa pela utilização da memória toma corpo. Le Goff afirma que

Do mesmo modo, a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. (*História e Memória*, 1990, LE GOFF, p. 368).

À medida que esses grupos sociais foram se desenvolvendo e se organizando vai tomando forma a materialização da memória, com o objetivo de grandes feitos e

épocas serem eternizadas. Museus, arquivos, cemitério e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de outra era, das ilusões da eternidade (NORA, 1993, p. 13).

Le Goff traz reflexões importantes sobre o estudo da memória social como um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história (1990, p. 368), faz-se necessário se atentar às diferenças entre sociedade de memória oral e as sociedades de memória escrita. O surgimento da escrita está ligado a uma profunda transformação da memória coletiva, pois permite um duplo progresso: a comemoração, celebração através de um monumento comemorativo de um acontecimento memorável e os documentos (LE GOFF, 1990, p.372,374).

Essa transformação permitirá aos grupos dominantes tornarem-se detentores da memória e determinar aos demais grupos quais acontecimentos são importantes e merecem ser celebradas. Nora afirma que se evidencia a adequação da história e da memória (1993, p. 8).

A memória é um objeto de e em disputa, pois a mesma evidencia experiências sociais diferentes por parte dos atores envolvidos e cada grupo busca o espaço para a manifestação de seus feitos. Pollak vem afirmar que

Numa perspectiva construtivista, não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade. Aplicada à memória coletiva, essa abordagem irá se interessar, portanto pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias. (*Memória, Esquecimento, Silêncio*, POLLAK, 1989, p. 4).

O pensador Hobsbawn analisa o fenômeno da invenção das tradições, praticados principalmente no século XIX, sendo realizada oficialmente e não oficialmente, que pode ser chamada de políticas com o objetivo de estruturar as relações sociais (2002,

p. 271). Evidencia-se assim como as ações governamentais tem a intenção de um direcionamento e controle sobre as ações dos demais grupos sociais existentes.

Grupos sociais, ambientes e contextos sociais inteiramente novos, ou velhos, mas incrivelmente transformados, exigiam novos instrumentos que assegurasse ou expressassem identidade e coesão social, e que estruturassem relações sociais. Ao mesmo tempo, uma sociedade em transformação tornava as formas tradicionais de governo através de estados e hierarquias sociais e políticas mais difíceis ou até impraticáveis. Eram necessárias novos métodos de governo ou de estabelecimento de alianças. De acordo com a ordem natural das coisas a consequente invenção das tradições políticas foi mais consciente e deliberada, pois foi a adotada por instituições que tinham objetivos políticos em mente. Podemos, no entanto, perceber imediatamente que a invenção consciente teve êxito principalmente segundo a proporção do sucesso alcançado pela sua transmissão numa frequência que o público pudesse sintonizar de imediato. Os novos feriados, cerimônias, heróis e símbolos oficiais públicos, que comandavam os exércitos cada vez maiores de empregados do estado e o crescente público cativo composto pelos colegiais, talvez não mobilizassem os cidadãos voluntários se não tivessem, uma genuína repercussão popular (*A invenção das Tradições*, HOBBSBAWN, 2002, p. 271 e 272).

Essa prática de controle da memória e da história pelos grupos detentores do poder, através de formas diversas, evidencia a tentativa de exclusão e silenciamento dos demais grupos que se tornam grupos sem voz. E para se fazer ouvir, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas se opõem à “memória oficial”, no caso a memória nacional (POLLAK, 1989, p.4).

## AS MULHERES BUSCAM SEU ESPAÇO NA HISTÓRIA

O pesquisador Michael Pollak em seus estudos descreve sobre a memória em disputa, na qual os objetos de pesquisa são escolhidos preferencialmente onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes (POLLAK, 1989, p.4). Em virtude dessa disputa, durante muitos anos a memória e os feitos femininos permaneceram em silêncio, pois do ponto de vista político não havia interesse que essa história fosse contada. O espaço público era o espaço de domínio masculino, e cabia a mulher a reclusão ao espaço privado. Deste modo a identidade da mulher estava relacionada ao seu desempenho como dona de casa, objeto de desejo para os homens e também para as mulheres (PERROT, 2012, p.114).

Esse papel relegado ao público feminino de insignificância foi responsável para que se entenda as razões das faltas de fontes históricas sobre sua existência concreta e sua história singular (PERROT, 2012, p.22). O casamento era o modelo mais próximo das práticas sociais e dos papéis que deveriam ser executado por cada ator, a vida conjugal caracterizava-se por uma relação entre o senhor e a serva, o significante e a insignificante, o visível e a invisível.

Não obstante, esse papel imposto a mulher dentro da sociedade começa a ganhar um novo perfil a partir das mudanças ocorridas durante o fim do século XIX e começo do século XX. As mulheres adentraram o mercado de trabalho, ganhando maior visibilidade e também autonomia e conseqüentemente percebem que o modelo de casamento ao qual estavam atreladas passa a ser fortemente questionado (BESSER, 1999, p.41).

Juntamente aos grandes acontecimentos políticos, os movimentos feministas adquirem uma melhor organização e trazem ao público uma série de reivindicações femininas, dentre elas a igualdade da diferença. O feminismo constitui as mulheres como atrizes na cena pública, que dá forma às suas aspirações, voz e desejos. É o agente decisivo de igualdade e de liberdade (PERROT, 2012, p.162). Não se é mais

possível a partir do século XX aprisionar as mulheres em seus espaços domésticos, as mulheres conquistaram os direitos que ao longo da história lhes foram negados.

Por vários lados, as feministas passavam a feminizar-se valorizando a linguagem feminina, os atributos e os temas femininos, o que significava mais do que um simples retorno aos seus valores próprios, um alargamento do campo conceitual, através do qual teciam suas críticas à sociedade patriarcal capitalista, revelando suas armadilhas e limitações. Mais do que nunca, passaram a pensar em si mesmas sob uma ótica própria, dando visibilidade ao que antes fora escondido e recusado, o que inevitavelmente levou a uma radicalização da potencialidade transformadora da cultura feminista em contato com o mundo masculino. Tratava-se então, não mais de recusar o universo feminino, mas de incorporá-lo renovadamente na esfera pública, o que se traduziu ainda por forçar um alargamento e uma democratização desse mesmo espaço. (*Os feminismos no Brasil: dos “anos de chumbo” à era global*, RAGO, 2003, p. 06).

Um dos grandes símbolos da luta do movimento feminista em busca de igualdades de direitos, é o Dia Internacional da Mulher, data que foi proposta por Clara Zetkin ao participar do II Congresso Internacional das Mulheres Socialistas, em Copenhagen, em 1910 (BLAY,2001, p.602), sendo até os dias de hoje comemorada praticamente em todos os países do mundo

As comemorações do Dia Internacional da Mulher possibilitaram momentos para a organização de fóruns feministas e dos bairros, articulando protestos públicos contra a discriminação de sexo e uma agenda de reivindicações, consolidando uma coordenação de mulheres e laços de solidariedade (SOARES,1994, p.14). Torna-se a oportunidade de momentos privilegiados de encontro das mulheres, para que a memória feminina não seja silenciada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso da memória foi, portanto, ao longo da história utilizado para atender a diversos interesses sociais, políticos e econômicos, delimitando assim o papel social reservado a um determinado grupo e em detrimento do outro. Nessa perspectiva, na maioria dos casos, tudo que estava relacionado às decisões políticas e aos grandes feitos ficaram reservadas aos homens enquanto que a mulher, por ser tratada como menos capaz, lhe coube à função doméstica e os cuidados maternos – Um silenciamento imposto.

No entanto, essa forma de utilização da memória como mecanismo de poder possibilitou grandes monumentos, obras literárias, pinturas em homenagens aos feitos de heróis, reis e outras figuras masculinas da história. Todavia esse modelo de convívio social de privilégio a um determinado grupo passa a ser questionado na mesma medida em que as mulheres passaram a ter mais acesso a educação e aos empregos com remuneração que lhes possibilitaram mais autonomia financeira bem como um status mais elevado (BASSANEZI, 2012, p.514).

Esse processo de emancipação feminina relacionado com as novas relações de mercado transforma a relação entre história e memória das mulheres, que já não aceitam mais as desigualdades sociais e silêncio a qual há tão pouco tempo atrás estavam subordinadas. Perrot (2012, p.155) afirma que o feminismo age em movimentos súbitos, em ondas. É intermitente sincopado, mas ressurgente, pois não se baseia em organizações estáveis capazes de captá-lo. É um movimento e não um partido.

Analisando essas transformações sociais ao longo da história, fica evidente constatar as mudanças dos usos da memória ocorridas no mundo contemporâneo e conseqüentemente as influências exercidas sobre o jogo de poder e o convívio social. A história da memória tem se voltado para os grupos diretamente sensibilizados pela questão do passado e de seu papel na formação e manutenção de uma identidade

coletiva, constituindo enfim um elemento essencial na análise das culturas políticas (ROUSSO, 2001, p. 94)

Le Goff reflete o esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. Ao historiador não cabe fazer papel de ingênuo diante de um documento (1990, p. 431), deve se trabalhar de forma que a memória seja libertária e democrática, permitindo que todos os grupos possam registrar seus feitos e serem conhecidos pelas gerações vindouras.

Nessa conjuntura, a mulher descobriu que seu papel está para além dos afazeres domésticos e que sua vida não está condicionada as paredes do mundo privado, mas a inserção de suas memórias e o fim da hierarquização dos sexos ainda encontra-se inacabada, porém as vozes femininas não estão silenciadas e é possível ouvir suas histórias nas ruas, nas mídias, nos encontros familiares e na elaboração de políticas públicas. As vozes femininas ecoam e o uso da memória toma um novo corpo.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil. 1914-1940*. São Paulo: USP, 1999.

BLAY, EVA ALTERMAN. *8 de março: conquistas e controvérsias*. Revista Estudos Feministas, 2001, vol.9, n.2, pp. 601-607

HALBWACHS, Maurice. *A memória Coletiva*. São Paulo, Vértice, 1990.

HOBBSBAWN, Eric. *Introdução: A Invenção das Tradições*. In: HOBBSBAWN, E., RANGER, T. (org.). *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002.

LE GOFF, Jacques *História e Memória*. Campinas – SP Editora da Unicamp, 1990.

- NORA, Pierre. *Entre Memórias e História: A problemática dos Lugares*. Tradução de Yara Aun Khoury. In: Projeto História. São Paulo: PUC, n. 10, dez. 1993.
- PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. 2ª ed São Paulo: Contexto, 2012.
- PINSKY, Carla Bassanezi e PEDRO, Joana Maria. *Nova História das mulheres no Brasil*. São Paulo: contexto, 2012.
- POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 3-15.
- RAGO, Margareth. "Os feminismos no Brasil: dos 'anos de chumbo' à era global". Revista Estudos Feministas, n. 3, jan./jul. 2003. Disponível em: <<http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys3/web/bras/marga1.htm>>. Acesso em: 25 de jul. 2015.
- ROUSSO, Henry. *A Memória não é mais o que era*. In: AMADO, Janaina: FERREIRA, Marieta de Moraes (ORG). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2001.
- SOARES, Vera. *Movimento Feminista – Paradigmas e Desafios*. Estudos Feministas. Ano 2. Florianópolis, 1994.